

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2021
(Do Sr. Túlio Gadêlha – PDT/PE)

Altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para incluir disposições quanto à paridade de gênero no alistamento e na formação do Tribunal do Júri em casos de crime contra a vida, em geral, e especificamente na formação do Conselho de Sentença em casos de crime de feminicídio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os artigos 425, 433, 447, 462, 463 e 468 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para incluir disposições quanto à paridade de gênero no alistamento e na formação do Tribunal do Júri em casos de crime contra a vida, em geral, e especificamente na formação do Conselho de Sentença em casos de crime de feminicídio.

Art. 2º O caput do art. 425 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 425. Anualmente, serão alistados pelo presidente do Tribunal do Júri de 800 (oitocentos) a 1.500 (um mil e quinhentos) jurados nas comarcas de mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) nas comarcas de mais de 100.000 (cem mil) habitantes e de 80 (oitenta) a 400 (quatrocentos) nas comarcas de menor população, em paridade de gênero.”

Art. 3º O art. 433 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 433. O sorteio, presidido pelo juiz, far-se-á a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 30 (trinta) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária.



§ 1º O sorteio será realizado entre o 15º (décimo quinto) e o 10º (décimo) dia útil antecedente à instalação da reunião.

§ 2º A audiência de sorteio não será adiada pelo não comparecimento das partes.

§ 3º O jurado não sorteado poderá ter o seu nome novamente incluído para as reuniões futuras. (NR)

§4º Em qualquer hipótese, o sorteio prosseguirá até que se complete o número mínimo de 15 (quinze) jurados do gênero feminino.”

Art. 4º O art. 447 do Decreto-Lei n o 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 447. O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente, e por 30 (trinta) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento. (NR)”

Art. 5º O art. 462 do Decreto-Lei n o 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 462. Realizadas as diligências referidas nos arts. 454 a 461 deste Código, o juiz presidente verificará se a urna contém as cédulas dos 30 (trinta) jurados sorteados, mandando que o escrivão proceda à chamada deles.”

Art. 6º O art. 463 do Decreto-Lei n o 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 463. Comparecendo, pelo menos, 16 (dezesseis) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.

Parágrafo único. Em caso de crime de feminicídio, entre os 16 (dezesseis) jurados que comparecerem, no mínimo, 8 (oito) devem ser do gênero feminino” (NR)

Art. 7º O art. 468 do Decreto-Lei n o 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:



Art. 468. À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, sem motivar a recusa.

§1º O jurado recusado imotivadamente por qualquer das partes será excluído daquela sessão de instrução e julgamento, prosseguindo-se o sorteio para a composição do Conselho de Sentença com os jurados remanescentes.

§2º Em casos de crime de feminicídio, a dispensa de jurada do gênero feminino deve ser devidamente motivada conforme critérios de impedimento, suspeição ou incompatibilidade na forma da lei.”

Art. 8º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação oficial.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei dispõe sobre a composição do Tribunal de Júri, tanto em casos de crimes contra a vida e em especial, na hipótese de crime de feminicídio, de modo a assegurar maior paridade de gênero no processo de escolha dos jurados.

É importante lembrar que o simples acesso equitativo de ambos os gêneros ao júri não implica garantir que há tratamento igualitário entre os gêneros na escolha para composição do Conselho de Sentença, sendo imperativo a aplicação da paridade no alistamento, bem como no sorteio dos jurados, na busca de superar problemas históricos e sociais, na participação feminina em atividades públicas e maior representatividade na tomada de decisões.

Considerando a necessidade de maior proteção legal da mulher diante da violência de gênero e o caráter do crime de feminicídio, em que, conforme dita o inciso VI do art. 121 do Código Penal Brasileiro, as razões que motivam o crime é a condição de gênero feminino, através da violência doméstica e familiar, o menosprezo ou discriminação à condição de mulher, há a necessidade de composição de um Tribunal de Juri em paridade de gênero.



Destarte, é indispensável que nos crimes de feminicídio, notadamente, haja a necessidade de que o Conselho de sentença seja composto por um número mínimo de pessoas do gênero feminino, bem como que a dispensa de jurados de gênero feminino seja devidamente motivada, para que se evitem dispensas injustificadas e naturalmente tendenciosas.

Desta feita, resta mais que demonstrada a necessidade do estabelecimento de critérios de paridade de gênero na escolha de jurados em casos do crime de feminicídio.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 2021.

Deputado **TÚLIO GADÊLHA - PDT/PE**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212116768600>

